

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da BSF Holding S.A. ("Companhia"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, acrescidas do relatório dos auditores independentes e da declaração dos diretores, na forma da Legislação Societária.

Destques do período

Balanco Patrimonial (R\$ milhões)	31/12/2024	31/12/2023	Δ%
Ativos totais	3.689	3.309	11%
Patrimônio líquido	3.689	3.309	11%
Resultados (R\$ milhões)	31/12/2024	31/12/2023	Δ%
Lucro líquido	381	320	19%

Os resultados da Companhia são oriundos, substancialmente, do resultado de equivalência patrimonial de sua controlada e poderá ser visto com mais detalhes nas demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. **Remuneração dos acionistas e reinvestimento de lucros** - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira da Companhia, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para a Companhia. A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

A DIRETORIA

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		7.287	6.718
Caixa e equivalentes de caixa	6	21	9
Instrumentos financeiros	7	7.107	6.552
Aplicações financeiras		7.107	6.552
Outros créditos		159	157
Impostos e contribuições a compensar	9	159	157
Não circulante		3.682.020	3.302.244
Investimento	8	3.682.020	3.302.244
Investimento em controlada		3.682.020	3.302.244
Total do ativo		3.689.307	3.308.962

Passivo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		140	3
Outras obrigações		140	3
Impostos e contribuições		140	3
Patrimônio líquido	10	3.689.167	3.308.959
Capital		1.942.000	1.742.000
De domiciliados no país		1.942.000	1.742.000
Reservas de capital		10.833	11.622
Pagamento baseado em instrumentos de capital		10.833	11.622
Reservas de lucros		1.735.731	1.554.997
Reservas de lucros		1.735.731	1.554.997
Outros resultados abrangentes		603	340
Ajuste ao valor de mercado – TVM		238	(25)
Ajuste ao valor atuarial – Benefícios pós-emprego		365	365
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.689.307	3.308.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)	Exercícios		
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais	11.1	381.009	320.438
Receita com instrumentos financeiros		703	794
Resultado de participação em controlada	8	380.301	319.644
Outras receitas operacionais		5	-
Outras despesas operacionais		(88)	(343)
Despesas gerais e administrativas	11.2	(55)	(52)
Outras despesas operacionais	11.3	(33)	(291)
Resultado operacional antes da tributação		380.921	320.095
Provisão para imposto de renda corrente	13	(131)	(89)
Provisão para contribuição social corrente	13	(56)	(40)
Lucro líquido		380.734	319.966
Quantidade de ações (mil)		1.742.000	1.742.000
Lucro por ação (em R\$)		0,22	0,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais)	Exercícios		
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido		380.734	319.966
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes em controladas		263	289
Variação de valor justo – TVM		478	526
Impostos diferidos – TVM		(215)	(237)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado		-	234
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego		-	234
Total do resultado abrangente		380.997	320.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais)	Exercícios		
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		(270)	(471)
Lucro líquido		380.734	319.966
Ajustes ao lucro líquido		(381.004)	(320.437)
Resultado de participação em controlada	8	(380.301)	(319.644)
Receita de juros não recebidos de instrumentos financeiros		(703)	(793)
(Aumento) / Redução dos ativos e passivos		134	(224)
Outros créditos		(1)	(155)
Impostos e contribuições a pagar		192	57
Impostos pagos		(57)	(126)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(136)	(695)
Atividades de investimento			
Dividendos e JCP recebidos		-	253.378
Aplicações em instrumentos financeiros		148	690
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimento		148	254.068
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	10.3	-	(253.378)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	(253.378)
(Redução) / Aumento em caixa e equivalentes de caixa		12	(5)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	9	14
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	21	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2022	Nota explicativa	Capital social integralizado		Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		31/12/2024	31/12/2023					
Pagamento baseado em instrumentos de capital	10.1	-	-	2.725	-	-	-	2.725
Participação no resultado abrangente de controlada – TVM	8	-	-	-	-	-	289	289
Atualização atuarial	8	-	-	-	-	-	234	234
Dividendos propostos	10.3	-	-	-	(101.351)	-	-	(101.351)
Lucro líquido		-	-	-	-	319.966	-	319.966
Destinações:								
Reserva legal	10	-	-	-	15.998	(15.998)	-	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	303.968	(303.968)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.742.000	11.622	1.554.997	-	-	340	3.308.959
Mutação do exercício		-	2.725	218.615	-	-	523	221.863
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.742.000	11.622	1.554.997	-	-	340	3.308.959
Aumento de capital com base em reservas		200.000	-	(200.000)	-	-	-	-
Pagamento baseado em instrumentos de capital	10.1	-	(789)	-	-	-	-	(789)
Ajuste ao valor justo – TVM	8	-	-	-	-	-	263	263
Lucro líquido		-	-	-	-	380.734	-	380.734
Destinações:								
Reserva legal	10	-	-	-	19.037	(19.037)	-	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	361.697	(361.697)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.942.000	10.833	1.735.731	-	-	603	3.689.167
Mutação do exercício		200.000	(789)	180.734	-	-	263	380.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A BSF Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem como objeto social a participação direta no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e essas demonstrações financeiras devem ser lidas com esse contexto. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2025.

2. Base de preparação: Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração da Companhia decidiu pela não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, conforme facultado pelo CPC 36 (R3), parágrafo 4 (a) itens (a) até (d). A Companhia será consolidada em uma das suas controladoras intermediárias, o Atacadão S.A., que terá suas respectivas demonstrações financeiras consolidadas, disponibilizadas ao público em seu *site* (www.grupocarrefourbrasil.com.br) e em jornal de grande circulação. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração.

3. Moeda funcional: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: títulos de dívida são mensurados pelo custo amortizado.

5. Principais políticas contábeis: 5.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. **5.2. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, bem como aplicações em certificados de depósitos bancários, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança do valor de mercado, e que possuem prazo total de aplicação de até 90 dias. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **5.3. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a adotar o CPC 48, que descreve os requerimentos para classificar e mensurar os ativos e passivos financeiros. Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro deve ser reconhecido de acordo com a estratégia de negócio, podendo ser: custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A Companhia não adota como estratégia de atuação a aquisição de instrumentos financeiros com o propósito de serem negociados de forma ativa e frequente. Dessa forma, a carteira de instrumentos financeiros foi classificada na categoria VJORA. Sob o CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a. É mantido dentro de um modelo de negócio, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e b. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a. É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e b. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Modelo de negócio** - É determinado em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Dessa forma, representa-se os fluxos de caixa resultando do recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos. **Características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros: SPPI Test (Solely Payment Principal and Interest Test)** - O SPPI Test tem como objetivo efetuar a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelos instrumentos financeiros, verificando se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição aos riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o ativo financeiro é classificado como VJR. Não houve efeitos relevantes decorrentes da avaliação dos modelos de negócio da Companhia na gestão de seus ativos financeiros, assim como, das características do fluxo de caixa contratual destes ativos financeiros. **Redução ao valor recuperável** - A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior, a menos que seja um ativo financeiro originado com problemas de recuperação de crédito. Estágio 1: a Companhia classifica neste estágio o instrumento financeiro que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial ou que tem um risco de crédito baixo na data do fechamento. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses; Estágio 2: se for identificado um aumento significativo no risco desde o

reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão normal de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e de créditos renegociados; e Estágio 3: um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro. **Contabilização de cobertura (hedge accounting)** - Os requisitos para contabilização de cobertura (*hedge accounting*) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos e, assim, não possui contabilização de cobertura (*hedge accounting*). **Inadimplência e problema de recuperação de crédito** - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros têm indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável", quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando: a. É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou b. O ativo financeiro está vencido há mais de 30 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **5.4. Receitas de contratos com clientes:** CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes: o pronunciamento substitui o CPC 30 – Receita e o CPC 17 – Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (ICPCs 02 e 11). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. **5.5. Ativos e passivos circulantes:** Estão apresentados pelo valor de realização, acrescidos, quando aplicável, de rendimentos e variações monetárias. **5.6. Participação em empresa controlada:** O investimento da Companhia em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir. **5.7. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 mil no mês para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **5.8. Demandas judiciais:** A Companhia não apresenta registro de demandas judiciais ou extrajudiciais nas datas-bases de 31 de dezembro de 2024 e de 2023. **5.9. Reservas de pagamentos baseadas em instrumentos de capital:** O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga. **5.10. Uso de estimativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, das receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. **5.11. Novos pronunciamentos, alteração e interpretação de pronunciamentos existentes. 5.11.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024: Alteração ao CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e divulgações de políticas contábeis:** as alterações sobre a apresentação das demonstrações financeiras têm o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Elas esclarecem que o direito de adiar a liquidação deve existir no final do período das informações financeiras e que sua classificação não é afetada pela probabilidade da entidade exercer esse direito. Já as alterações do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais" define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem ofuscar as informações contábeis relevantes. A IFRS Practice Statement 2 *Making Materiality Judgements*, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações ao CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, e não apresentaram impactos para essas demonstrações financeiras. **Alteração ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros (evidenciação):** exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

forneedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, e não apresentaram impactos para essas demonstrações financeiras. **5.11.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros:** **CPC 26 – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras:** o CPC 26 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração relacionadas à demonstração de resultados. As alterações ao CPC 26 terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2027 e a Companhia está avaliando os impactos desta alteração. **Emendas aos CPC 48 e CPC 40 (R1) - Emendas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros:** visam aprimorar a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, abordando questões da revisão da IFRS 9 e melhorando divulgações sobre instrumentos patrimoniais avaliados ao valor justo e vinculados a eventos contingentes. As emendas aos CPC 48 e CPC 40 (R1) terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2026 e o Banco está avaliando os impactos desta alteração.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades (em moeda nacional)	21	9
Total	21	9

7. Instrumentos financeiros: A carteira de instrumentos financeiros é composta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, como segue:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Valor justo	Custo	Valor justo
Certificado de depósito bancário - Nível 2 ^(a)	7.107	7.107	6.552	6.552
Títulos de dívidas	7.107	7.107	6.552	6.552

^(a) O certificado de depósito bancário classifica-se como Nível 2, pois os preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos e os valores contábeis se aproximam do valor justo, pois o valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título). **7.1. Redução ao valor recuperável:** Com base na metodologia de redução ao valor recuperável, baseada no reconhecimento de perdas esperadas, a Companhia não identificou risco de crédito significativo decorrente das operações realizadas com as contrapartes dos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado e, portanto, não registrou redução ao valor recuperável. **7.2. Exposição ao riscos de taxas de juros:** As taxas de juros nas aplicações financeiras são operações pós-fixadas vinculadas à variação do CDI, com rentabilidade de 100% do DI. **7.3. Risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia ao risco de crédito, consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com os critérios e objetivos para diversificação de riscos de crédito. **7.4. Derivativos:** A Companhia não apresentou contratos em aberto de derivativos nas datas-bases de 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

8. Investimento: O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com a participação de 100%. A sociedade controlada é o Banco CSF S.A. ("Banco"), constituído em 31 de agosto de 2006, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 - 2º Andar - Edifício Villa Lobos - Jardim Universidade Pinheiros - São Paulo - SP. O Banco deu início às suas atividades em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour. E atualmente está autorizado a operar como banco múltiplo, desenvolvendo suas operações por intermédio das carteiras de crédito, financiamento e investimentos regulamentados pelo BACEN e consignado, sendo um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour, Atacadão e Sam's Club, com as bandeiras Visa e Mastercard. As informações demonstradas na tabela a seguir resumem os dados extraídos das demonstrações financeiras do Banco.

Banco CSF S.A.	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido no início do exercício	3.302.244	3.129.233
Lucro líquido do exercício	380.301	319.644
Dividendos adicionais propostos	-	(149.880)
Pagamento baseado em instrumentos de capital	(788)	2.724
Outros resultados abrangentes	263	523
Patrimônio líquido no final do exercício	3.682.020	3.302.244
Saldo total do investimento	3.682.020	3.302.244
Resultado de equivalência patrimonial	380.301	319.644

9. Impostos e contribuições a compensar: Os valores dos impostos a compensar referem-se, substancialmente, à diferença entre o valor recolhido com base no cálculo realizado por estimativa da receita bruta e o valor calculado com base no lucro real do exercício.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a compensar	143	143
CSLL a compensar	16	14
Total	159	157

10. Patrimônio líquido: A Companhia propôs aumento de capital no montante de R\$ 200.000, com base em reservas estatutárias, sem emissão de novas ações. A proposta foi aprovada pelos acionistas durante a Reunião do Conselho de Administração (RCA), realizada em 12 de dezembro de 2024. O valor do capital social no exercício passa de R\$ 1.742.000 para R\$ 1.942.000 e está dividido em 1.742.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **10.1. Reserva de capital: Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital:** Visa garantir o pagamento de valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidadas com a entrega de instrumentos patrimoniais.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pagamentos baseados em instrumentos de capital	10.833	11.622

Descrição dos planos de opções de compra de ações - Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A. - O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404/76, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO) e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: a. modificar ou encerrar o plano; e b. estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano. Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), define: a. os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; b. o preço de exercício das opções outorgadas; c. o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*); e d. as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*). **Plano de Performance Stock Options 2019 ("Plano Regular 19") -** O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem: **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo; **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo; **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga; **Prazo máximo para exercício das opções:** até o final do 6º ano da data de tal plano; **Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações do capital social do Grupo, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e **Preço de exercício:** será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada: a. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e *Free Cash Flow* – FCF); e b. Item relacionado à responsabilidade social corporativa (*Corporate Social Responsibility* – CSR). Os detalhes dos planos de opções de compra de ações, em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados abaixo:

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Data de aprovação do número de opções autorizadas em AGO	27-jun-17	26-set-19
Número de opções autorizadas	700.364	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos	6 anos
Número de executivos elegíveis	3	8
Preço de exercício (em R\$ por opção)	11,7	21,98
	A partir do IPO até 21 de março de 2023 ^(a)	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025 ^(b)

^(a) As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência do IPO da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações: - 1/3 (um terço) na ocorrência do IPO; - 1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e - 1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO. Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO, as opções outorgadas serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema: - 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO; - 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e - 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO. O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da oferta primária de ações, 12 meses depois o segundo terço das opções teve seu período de aquisição de direito (*vesting period*) completo e, 24 meses depois, o terceiro. ^(b) As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga. **Mensuração de valor justo:** O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo. Condições de desempenho que são *non-market vesting conditions* não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período, baseado na taxa de realização esperada para as condições de desempenho que não são de mercado. O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do *vesting period*. A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado, para os planos de modalidade de opções de compras de ações.

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35%	1,09%
Volatilidade esperada (%)	29,02%	27,20%
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25%	5,57%
Prazo de vida esperada das opções (anos)	3	3
Modelo utilizado	<i>Black-Scholes</i>	<i>Black-Scholes</i>

Volatilidade e rendimento de dividendos: Plano Pré-IPO: o Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação. A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar. Estabeleceu-se a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%. **Plano Regular:** o Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga. A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar. **Conciliação de opções de compra de ações restritas em circulação (planos Pré-IPO e Regular 19) -** Em 31 de dezembro de 2024, o plano Pré-IPO não apresentou opções de ações pendentes e não teve movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2024. A movimentação para o Plano Regular 19, neste mesmo período, foi a seguinte:

	Plano Regular 19
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	339.104
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2024	(339.104)
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	-

Descrição dos planos de remuneração em ações

Planos de Performance *Shares Local 2020 a 2024* ("Plano Regular 20" a "Plano Regular 24") - O regulamento dos Planos Regulares 20 e 21 da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, o Plano Regular 22 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 5 de maio de 2022, o Plano Regular 23 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 1º de junho de 2023 e o Plano Regular 24 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 7 de maio de 2024, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem: **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo; **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo; **Prazo para que as ações se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga; **Prazo máximo para exercício das ações:** as ações são transferidas para o executivo na data do *vesting*; **Preço de exercício:** não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos; e **Diluição societária máxima:** para os Planos Regulares 20 e 21, foi determinado 2,50% do total de ações do capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as ações concedidas e não exercidas no âmbito destes planos, bem como dos demais planos locais aprovados. Para os Planos Regulares 20, 21 e 22, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada: a. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e FCF); b. Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*Total Shareholder Return* - TSR); c. Item relacionado à CSR; e d. Item relacionado à transformação digital da empresa. Para os Planos Regulares 23 e 24, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com pesos de 25% cada: a. Duas condições relacionadas à performance financeira (Resultado Operacional Corrente - ROC e FCF); b. Condição relacionada à valorização da TSR; e c. Item relacionado à CSR. Os detalhes dos planos de remuneração em ações locais, em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados abaixo:

	Plano Regular 20	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23	Plano Regular 24
Data de aprovação do número de ações em reunião do Conselho de Administração	10-nov-20	25-ago-21	5-mai-22	1º-jun-23	7-mai-24
Número de ações autorizadas	154.702	311.745	130.240	328.825	277.498
Prazo de vida contratual esperada das ações	3 anos				
Número de executivos elegíveis	5	16	10	16	16
Data do <i>vesting</i> ^(a)	10-nov-23	25-ago-24	5-mai-25	1º-jun-26	7-mai-27
Valor justo de cada ação (em R\$ por ação)	17,35	14,56	13,10	11,58	11,93

^(a) As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Conciliação de ações restritas em circulação (planos regulares) - Em 31 de dezembro de 2024, o Plano Regular 20 não apresentou ações pendentes e não teve movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2024. A movimentação para os demais planos, neste mesmo período, foram as seguintes:

	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23	Plano Regular 24
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	153.701	84.066	314.542	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2024	-	-	-	277.498
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2024	(152.399)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2024	(1.302)	(6.034)	(24.717)	(10.000)
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	-	78.032	289.825	267.498

Plano de Performance *Shares Grupo 2021 a 2024* ("Plano Grupo 21" a "Plano Grupo 24") - Baseado na recomendação do Comitê de Remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada: a. Duas condições relacionadas à performance financeira (ROC e FCF); b. TSR; e c. Item relacionado à CSR. As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas. Os detalhes dos planos de ações Grupo, em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23	Plano Grupo 24
Data de outorga ^(a)	17-fev-21	16-fev-22	14-fev-23	14-fev-24
Data da RCA	14-jun-19	21-mai-21	21-mai-21	23-mai-23
Data do <i>vesting</i> ^(b)	14-fev-24	16-fev-25	14-fev-26	14-fev-27
Total de ações outorgadas na data de outorga	23.500	18.675	9.500	20.220
Valor justo de cada ação (em EUR por ação) ^(c)	11,85	14,21	12,92	15,80

^(a) Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

^(b) As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.

^(c) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*. **Conciliação de ações em circulação (planos Grupo) -** A movimentação dos planos de ações entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 foram os seguintes:

	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23	Plano Grupo 24
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	10.600	10.575	9.500	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2024	-	-	-	20.220
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2024	(10.600)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2024	-	(950)	-	-
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	-	9.625	9.500	20.220

Despesas reconhecidas no resultado - As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 318 (31/12/2023: R\$ 2.733). **10.2. Reserva de lucros: 10.2.1. Reserva legal:** Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Companhia. Além disso, a Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. O montante do lucro líquido destinado para a rubrica "reserva legal", em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$ 19.037 (31/12/2023: R\$ 15.998). **10.2.2. Reserva estatutária:** Visa garantir meios financeiros para a operação da Companhia, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor. O montante do lucro líquido destinado para a rubrica "reserva estatutária", em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$ 361.697 (31/12/2023: R\$ 303.968). **10.3. Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira da Companhia, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para a Companhia. De acordo com a RCA de 12 de dezembro de 2024, os acionistas aprovaram a proposta da Administração pela não distribuição de dividendos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e a BSF Holding S.A. não pagou dividendos aos seus acionistas.

	31/12/2023	Total	Reais por ação
Descrição			
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2022 ^(a)	152.027	0,08727	
Dividendos adicionais propostos ^(b)	101.351	0,05818	
Total de dividendos pagos	253.378	0,08727	

^(a) Na AGO de 28 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, liquidados em 20 de junho de 2023.

^(b) Na AGE de 17 de junho de 2023, ratificada em 6 de fevereiro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores, liquidados em 20 de junho de 2023.

11. Demonstração do resultado: 11.1. Receitas operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de participação em controlada (nota 8)	380.301	319.644
Receita de aplicações Interfinanceiras de liquidez	703	794
Outras receitas operacionais	5	-
Total	381.009	320.438

11.2. Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de publicações	(54)	(51)
Despesas bancárias	(1)	(1)
Total	(55)	(52)

11.3. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Perdas operacionais	-	(246)
PIS e COFINS	(33)	(37)
Outras despesas operacionais	-	(8)
Total	(33)	(291)

12. Transações entre partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2024, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas: a. Controladora direta - Carrefour Comércio e Indústria Ltda.; b. Acionista minoritária - Itaú-Unibanco S.A.; e c. Controlada direta - Banco CSF S.A. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as operações com tais partes relacionadas caracterizavam-se, basicamente, por:

Partes relacionadas / Operações	Ativo / (Passivo)	Receitas / (Despesas)
	31/12/2024	31/12/2023
Banco CSF S.A.		
Certificado de depósito bancário	7.107	6.552
	703	793

13. Imposto de renda e contribuição social: As demonstrações do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são como segue:

13.1. Despesas com impostos e contribuições

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	380.921	320.095
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(129.513)	(108.832)
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:		
Equivalência patrimonial	129.302	108.679
Efeito tributário do adicional de IRPJ	24	24
Total	(187)	(129)

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

15. Outras informações

15.1. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Descrição	Passivo		Patrimônio líquido		Total
	Dividendos a distribuir	Capital social	Reservas de lucros	Reservas de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	152.027	1.742.000	1.336.382	3.230.409	
Recursos provenientes da destinação do resultado	-	-	319.966	319.966	
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Dividendos adicionais propostos	(152.027)	-	(101.351)	(253.378)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	1.742.000	1.554.997	3.296.997	
Recursos provenientes da destinação do resultado	-	-	380.734	380.734	
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Aumento de capital social	-	200.000	(200.000)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	1.942.000	1.735.731	3.677.731	

15.2. **Passivos contingentes:** A Companhia não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma, não há provisão constituída para passivos contingentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

Diretor Presidente - Felipe Carneiro Gonçalves Gomes

Diretor Financeiro - Rafael Bandeira de Almeida

Diretor sem designação específica - Aydes Batista Marques Junior

CONTADORA

Valéria Dias Prates - CRC nº 1SP239180/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da BSF Holding S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BSF Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSF Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não

uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025

Deloitte DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Somos o braço financeiro da maior varejista do Brasil



Saiba mais sobre
o **Banco Carrefour**



**GRUPO
CARREFOUR
BRASIL**



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>